

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 1 – Introdução | 15 |
| 1.1 <i>Objeto da investigação</i> | 16 |
| 1.2 <i>Delimitação do objeto</i> | 18 |
| 1.3 <i>Plano de investigação</i> | 22 |
| Capítulo 2 – A Concepção Contemporânea dos Contratos de Concessão e seu Impacto na Mutabilidade | 27 |
| 2.1 <i>A evolução histórica dos contratos de concessão</i> | 28 |
| 2.2 <i>Os contratos de concessão contemporâneos: sua nova configuração e relação direta com a mutabilidade</i> | 32 |
| 2.2.1 <i>A dimensão regulatória dos contratos de concessão</i> | 33 |
| 2.2.1.1 <i>A margem de autonomia da regulação do contrato de concessão</i> | 37 |
| 2.2.1.2 <i>A regulação por contrato e o grau de flexibilidade</i> | 41 |
| 2.2.1.3 <i>A procedimentalização da mutabilidade na regulação do contrato de concessão</i> | 44 |
| 2.2.2 <i>A alocação de riscos</i> | 46 |
| 2.2.2.1 <i>A teoria das áleas e a evolução para alocação dos riscos</i> | 46 |
| 2.2.2.2 <i>A alocação contratual dos riscos e a sua metodologia</i> | 51 |
| 2.2.2.3 <i>As consequências de uma inadequada alocação contratual dos riscos</i> | 56 |
| 2.2.2.4 <i>Os riscos e a mutabilidade endocontratual</i> | 59 |
| 2.2.3 <i>A regulação de resultados nos contratos de concessão</i> | 60 |
| 2.2.4 <i>A construção dialógica do contrato de concessão</i> | 71 |
| 2.2.4.1 <i>Os instrumentos dialógicos e o contrato de concessão</i> | 76 |
| 2.2.4.2 <i>Os reflexos da concepção dialógica do contrato de concessão na mutabilidade</i> | 81 |
| 2.2.5 <i>A concepção multilateral do contrato de concessão</i> | 86 |
| 2.2.5.1 <i>A multilateralidade e a mutabilidade</i> | 92 |
| 2.2.6 <i>Os contratos de concessão à luz da Análise Econômica do Direito</i> ... | 96 |
| 2.2.6.1 <i>A teoria dos contratos incompletos</i> | 97 |
| 2.2.6.1.1 <i>A incompletude dos contratos de concessão e</i> | |

| | | |
|---------|---|-----|
| | a mutabilidade | 102 |
| 2.2.6.2 | A teoria dos contratos relacionais | 108 |
| | 2.2.6.2.1 A natureza relacional dos contratos de concessão e a mutabilidade | 114 |
| 2.2.6.3 | As agências reguladoras e os contratos de concessão incompletos e relacionais | 119 |
| | 2.2.6.3.1 A regulação por contrato e a regulação por agência | 120 |
| | 2.2.6.3.2 A função interpretativa e integrativa da agência nos contratos de concessão incompletos e relacionais | 126 |

| | | |
|---|--|-----|
| Capítulo 3 – A Mutabilidade e as Causas Tradicionais de Modificação dos Contratos de Concessão | 135 | |
| 3.1 <i>Uma contextualização inicial da mutabilidade: histórico e fundamentos</i> | 136 | |
| 3.2 <i>O ius variandi</i> | 140 | |
| | 3.2.1 A reponderação do interesse público | 144 |
| | 3.2.2 A procedimentalização do <i>ius variandi</i> | 147 |
| 3.3 <i>A teoria da imprevisão</i> | 152 | |
| | 3.3.1 A aplicação da teoria da imprevisão nos contratos de concessão | 160 |
| | 3.3.2 A imprevisão na previsão | 164 |
| 3.4 <i>O fato do príncipe</i> | 174 | |
| 3.5 <i>O fato da Administração</i> | 187 | |
| 3.6 <i>As sujeições imprevistas</i> | 190 | |
| 3.7 <i>Caso fortuito e força maior (o exemplo da COVID-19)</i> | 193 | |
| 3.8 <i>As alterações bilaterais e as suas mais variadas causas</i> | 197 | |
| 3.9 <i>A renegociação nos contratos de concessão</i> | 201 | |
| 3.10 <i>As causas tradicionais de modificação dos contratos de concessão à luz da realidade contemporânea</i> | 204 | |

| | | |
|---|--|-----|
| Capítulo 4 – Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão e a Mutabilidade | 209 | |
| 4.1 <i>Aspectos conceituais do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão</i> | 210 | |
| 4.2 <i>Equilíbrio econômico-financeiro e riscos</i> | 220 | |
| 4.3 <i>Equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio nos contratos de concessão</i> | 225 | |
| | 4.3.1 Desequilíbrio e reequilíbrio: completudes, incompletudes e aspectos procedimentais | 227 |
| | 4.3.2 Medidas e parâmetros para recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão | 236 |
| | 4.3.2.1 O plano de negócios | 239 |

| | | |
|---|--|------------|
| 4.3.2.2 | O Caso Base | 241 |
| 4.3.2.3 | A Taxa Interna de Retorno (TIR) | 243 |
| 4.3.2.4 | O Fluxo de Caixa Marginal | 245 |
| 4.3.3 | As medidas antecipatórias de preservação do equilíbrio econômico-financeiro | 246 |
| 4.3.3.1 | O reajuste | 247 |
| 4.3.3.2 | A revisão ordinária | 250 |
| 4.4 | <i>A importância do prazo na conformação do equilíbrio econômico-financeiro e sua delimitação temporal na lei e no contrato</i> | 254 |
| 4.4.1 | A prorrogação do prazo nos contratos de concessão: pressupostos, fundamentos e requisitos | 258 |
| 4.4.2 | A dilação do prazo como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão | 265 |
| 4.4.3 | A formalização da prorrogação do prazo | 266 |
| Capítulo 5 – Limites Materiais à Mutabilidade dos Contratos de Concessão | | 271 |
| 5.1 | <i>O princípio da concorrência</i> | 272 |
| 5.2 | <i>O princípio da intangibilidade do objeto</i> | 278 |
| 5.3 | <i>O Direito Europeu e os parâmetros substantivos conformadores da mutabilidade: a proteção da concorrência na fase contratual</i> | 280 |
| 5.3.1 | As modificações que podem ser introduzidas sem nova licitação ... | 283 |
| 5.3.1.1 | As modificações que tenham sido previstas no edital ... | 284 |
| 5.3.1.2 | A modificação decorrente da necessidade de obras ou serviços adicionais | 286 |
| 5.3.1.3 | As modificações decorrentes da imprevisibilidade | 288 |
| 5.3.1.4 | As modificações subjetivas do cocontratante | 291 |
| 5.3.1.5 | As modificações que não sejam substanciais | 294 |
| 5.3.2 | As modificações de valor que podem ser introduzidas sem nova licitação | 294 |
| 5.3.3 | As modificações substanciais que não podem ser introduzidas sem nova licitação | 295 |
| 5.3.3.1 | As modificações substanciais que alterariam a regra do jogo | 297 |
| 5.3.3.2 | As modificações substanciais que alterariam o equilíbrio econômico-financeiro a favor do cocontratante | 298 |
| 5.3.3.3 | As modificações substanciais que alargam o âmbito da concessão | 298 |
| 5.3.3.4 | As modificações substanciais subjetivas | 299 |
| 5.3.4 | Reflexões sobre a regulação europeia da mutabilidade | 300 |
| 5.4 | <i>A mutabilidade no Direito Brasileiro e os limites materiais</i> | 305 |
| 5.4.1 | A ausência de uma regulação normativa sistêmica sobre mutabilidade nos contratos de concessão | 305 |

| | | |
|--------------------------------------|--|------------|
| 5.4.2 | A inexistência de limite de valor para a modificação dos contratos de concessão | 307 |
| 5.4.3 | O princípio da atualidade e sua vinculação com a mutabilidade ... | 311 |
| 5.4.3.1 | A atualidade na vertente da incorporação de novas tecnologias | 312 |
| 5.4.3.2 | A atualidade na vertente da melhoria e da expansão do objeto | 316 |
| 5.4.4 | O controle procedimental dos limites materiais da mutabilidade | 319 |
| 5.4.5 | A alteração subjetiva e seus limites | 321 |
| 5.4.5.1 | A transferência do contrato de concessão e a transferência do controle acionário | 321 |
| 5.4.5.2 | O <i>step-in rights</i> e a assunção do controle acionário pelo financiador | 329 |
| Capítulo 6 – Conclusões | | 335 |
| BIBLIOGRAFIA | | 345 |